

INDÚSTRIA CULTURAL E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA RAZÃO: O EMPOBRECIMENTO CULTURAL DA SUBJETIVIDADE

CULTURAL INDUSTRY AND THE INSTRUMENTALIZATION OF REASON: THE CULTURAL POVERTY OF SUBJECTIVITY

Natasha Yukari Schiavinato Nakata ¹

Marta Regina Furlan de Oliveira ²

Anilde Tombolato Tavares da Silva ³

Resumo: O objetivo deste artigo é expor alguns caminhos que levam ao empobrecimento cultural da subjetividade pela via da reflexão da razão instrumental e a Indústria Cultural principais fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade dentro do cenário contemporâneo. Almejamos que, por meio desta relação, o leitor possa compreender como a formação cultural, pelo viés da indústria transforma-se em mercadoria de uma sociedade que nos padroniza constantemente de acordo com seus moldes capitalistas, provocando conseqüentemente a degradação humana. Para esta reflexão, optamos por uma metodologia de cunho qualitativo, com estudo bibliográfico à luz dos fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade, pautando-nos, principalmente, em Adorno (2002) e Horkheimer (2002) e em autores como Freitag (1986), Matos (1993), Pucci (2001, 2007) e Zuin (2001). Afirmamos que esta pesquisa nos oferece fundamentos necessários para compreendermos os elementos construtivos e críticos para o processo de reflexão.

Palavras-chave: Educação. Teoria Crítica. Razão Instrumental. Indústria Cultural. Semiformação

Abstract: The purpose of this article is to expose the ways that lead to the cultural impoverishment of subjectivity through the reflection of instrumental reason and the Cultural Industry, the main foundations of Critical Theory of Society within the contemporary scenario. We hope that, through this relationship, the reader can understand how cultural formation, from the perspective of industry, becomes the commodity of a society that constantly standardizes us according to its capitalist molds, consequently causing human degradation. For this reflection, we opted for a qualitative methodology, with bibliographic study in the light of the foundations of the Critical Theory of Society, based mainly on Adorno (2002) and Horkheimer (2002) and on authors such as Freitag (1986), Matos (1993), Pucci (2001, 2007) and Zuin (2001). We affirm that this research provides us with the necessary foundations to understand the constructive and critical elements for the reflection process.

Keywords: Education. Critical Theory. Instrumental Reason. Cultural Industry. Semi-training

-
- ¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6416445608575007>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7455-8504>. E-mail: naaschiavinato@gmail.com
 - ² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8423465824507075>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2146-2557>. E-mail: marta.furlan@yahoo.com.br
 - ³ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3570231779830818>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8391-880X>. E-mail: anildetombolato@gmail.com

Introdução

Da necessidade de se contrapor as atrocidades que emanavam da Segunda Guerra Mundial¹, se constituiu a Teoria Crítica da Sociedade, ou seja, dentro de um contexto de barbárie no qual milhões de pessoas foram mortas devido a certa racionalidade e obediência civil, principalmente, por conta de um contexto social e histórico (nazismo/fascismo) marcado pelas atrocidades e crueldades humanas. Por este motivo, um grupo de pessoas que não se contentavam com essa realidade, esforçaram-se constantemente para superar a realidade que estava posta, ou seja, uma sociedade rotinizada, alienada, adaptada, distante da autorreflexão, criando assim a Escola de Frankfurt.

Desse modo, o objetivo deste artigo é expor alguns caminhos que levam ao empobrecimento cultural da subjetividade pela via da reflexão da razão instrumental e a Indústria Cultural, principais fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade dentro do cenário contemporâneo. Almejamos que, por meio desta relação, o leitor possa compreender como a formação cultural, pelo viés da indústria e mercadoria, está posta dentro desta sociedade contemporânea que nos padroniza constantemente de acordo com seus moldes capitalistas, provocando conseqüentemente a degradação humana.

Referência da Teoria Crítica, o filósofo, sociólogo e musicólogo alemão Theodor Adorno, um crítico importante do cenário da degradação cultural gerada pelo fascismo do pós-guerra e do capitalismo em nome das forças que mercantilizam a cultura e as relações sociais. Conforme pressupostos adornianos, podemos compreender que a formação cultural que antes era voltada para o desenvolvimento de processos subjetivos de formação, foi obstruída em sua dimensão crítica na medida em que reduziu-se à semiformação (instrumentalidade da razão). Conseqüentemente, os processos educativos reduziram-se a meros pensamentos ausentes de reflexões críticas e totalmente adaptados aos moldes da Indústria Cultural. Com isso, os indivíduos abdicaram, pelo processo de adaptação, das possibilidades de autodeterminação e autorreflexão, conformando-se assim aos padrões sociais pré-estabelecidos em uma obediência cega.

Sobre esse assunto, Horkheimer e Adorno (1991, p. 68) afirmam que a sociedade regida por essa instrumentalidade da razão provoca no indivíduo o “conformismo do pensamento, a insistência em que isto constitua uma atividade fixa, um reino à parte dentro da totalidade social”, fazendo, desse modo, “com que o pensamento abandone a sua própria essência”.

Para esta reflexão, optamos por uma metodologia de cunho qualitativo, com estudo bibliográfico à luz dos fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade, pautando-nos, principalmente, em Adorno (2002) e Horkheimer (2002) e em autores como Freitag (1986), Matos (1993), Pucci (2001, 2007) e Zuin (2001).

Pensando na organização desta pesquisa, no primeiro momento, explicaremos o conceito de Razão Instrumental em oposição a Razão Emancipatória, e como esta razão – que antes era apontada como emancipação da consciência – reduziu-se a mero instrumento à serviço da Indústria Cultural. Por fim, no segundo momento, discutiremos acerca do conceito de Indústria Cultural e semiformação, buscando contextualizar o cenário contemporâneo, de forma que possamos compreender o motivo que levou a cultura tornar-se mercadoria e o processo formativo alimentando o empobrecimento da reflexão.

Afirmamos, desse modo, que esta pesquisa nos oferece fundamentos necessários para compreendermos os elementos construtivos e críticos para o processo de reflexão. Ressaltamos, também, que estas questões precisam ser resignificadas pela reflexão à luz dos fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade, a fim de que possamos compreender todo esse emaranhado instalado no cenário contemporâneo, no qual a Indústria Cultural reina com seu poderio de degradação da razão crítica e emancipatória do conhecimento e, conseqüentemente, promove o fortalecimento da semiformação.

¹ A Segunda Guerra Mundial teve seu início em 1939 com a invasão da Polônia pelo exército da Alemanha nazista. O principal objetivo de Hitler com este ato era reconquistar os territórios perdidos na Primeira Guerra Mundial e também expandir o território alemão.

Desenvolvimento

Para a dialética, elemento constituinte da Teoria Crítica, a realidade cotidiana encontra-se permanentemente rotinizada, necessitando de um constante esforço para ser superada. Este movimento permanente da razão, é a tentativa de resgatar do passado as dimensões reprimidas, não concretizadas no presente, transferindo-as para um futuro pacificado no qual as limitações do presente possam ser anuladas.

Desde sempre o Iluminismo, no sentido mais abrangente de um pensar que faz progressos, perseguiu o objetivo de livrar os homens do medo e de fazer deles senhores. [...] O programa do Iluminismo era o de livrar o mundo do feitiço. Sua pretensão, a de dissolver os mitos e eliminar a imaginação, por meio do saber. [...] A técnica é a essência desse saber. Seu objetivo não são os conceitos ou imagens nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração do trabalho dos outros, o capital (MATOS, 1993, p. 96).

Da mesma forma, no início dos tempos modernos, a razão, a ciência e a tecnologia, tinham como finalidade libertar e emancipar os homens. No entanto, Matos (1993, p. 96) afirma que “caminhando em busca da ciência moderna, os homens se despojam do sentido”. Assim, acabam substituindo “o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade”.

A princípio, Adorno e Horkheimer, buscavam compreender o processo de racionalização da cultura como sendo um processo de esclarecimento da razão a partir de um diálogo com o pensamento de Kant. Para este filósofo, o esclarecimento

[...] é a libertação do homem de sua imaturidade auto-imposta. Imaturidade é a incapacidade de empregar seu próprio entendimento sem a orientação de outro. Tal tutela é auto-imposta quando sua causa não reside em falta de razão, mas de determinação e coragem para usá-lo sem a direção de outro (KANT, 2012, p. 145).

O Esclarecimento, por meio da razão, ciência e tecnologia, se apresentava, neste contexto, como um ato contrarrente, que gerava insegurança, medo e conformismo. Este esclarecimento propunha, a partir do iluminismo e por meio da emancipação da consciência, uma sociedade mais justa e igualitária que favorecesse o progresso e o desenvolvimento humano, entretanto, este propósito não foi alcançado, revertendo-se em uma perspectiva contrária no qual a racionalidade passou a ser um instrumento de domínio e controle da realidade.

Na leitura de Adorno (e Horkheimer) a razão iluminista tinha em seu começo (na viagem de Ulisses em busca de Ítaca) ambas as dimensões: a emancipatória e a instrumental. A sociedade burguesa, herdeira do Iluminismo, privilegiou o desdobramento da razão instrumental em detrimento da razão emancipatória que ficou reprimida e atrofiada. Ulisses, ao tentar dominar a natureza externa (o canto e a tentação das sereias), teve de subjugar sua natureza interna (prendendo-se ao mastro de seu navio). A astúcia da razão empregada por Ulisses volta-se contra seu idealizador, transformando sua natureza interna: a razão instrumental (evocada para dominar a natureza externa) subjuga a razão emancipatória. O feitiço se vira contra o feiticeiro. A razão iluminista, que entrou em cena para subjugar o mito, transforma-se, por sua vez, em mito (FREITAG, 1986, p. 49).

Analisando a citação de Freitag (1986), compreende-se que na tentativa de libertar o homem do mito por meio da razão científica, a própria razão perde sua força enquanto criticidade e, a ciência e o conhecimento passam a ser o poder, assim, o esclarecimento que visava fazer do homem um cidadão do mundo (emancipado, livre de alienação, autônomo), acaba transformando-se em um novo mito.

O iluminismo pregava que apenas a razão, aliada ao método científico, poderia fornecer as verdades elementares que seriam as bases do progresso do conhecimento. No entanto, a razão iluminista visando subjugar o mito, para livrar o homem da alienação, transforma-se, por sua vez, em mito. Assim, o iluminismo acaba subjugado, ou seja, transformado em falsa realidade (mito).

Desse modo, “quaisquer que sejam os mitos para os quais essa resistência possa apelar, esses mitos, [...] aderem ao princípio da racionalidade demolidora pela qual censuram o Iluminismo (MATOS, 1993, p. 97), ou seja, a razão que pretendia combater o mito, acaba transformando-se ela própria em mito, e ao invés de promover a emancipação, ela assume o controle técnico da natureza e dos homens, negando sua dimensão crítica e emancipatória presentes no início do percurso.

Logo, o iluminismo recai na mitologia da utilidade, do mundo administrado, conferindo a tudo um ar de semelhança, instaurando uma razão calculada, unificante e dominante, no qual busca atender as necessidades do consumidor, estimulando o indivíduo à aceitação desta fetichização sem nenhuma resistência e oposição.

Gros (2018, p. 32) corrobora ao tratar do assunto relacionado aos “monstros de obediência” pelas suas docilidades, aplicações, exatidões, senso de eficácia, lealdades, credibilidades e meticulosidades na tarefa bem-feita do trabalho técnico. Acrescenta, o autor, que a experiência totalitária do século XIX e XX evidenciou uma monstruosidade inédita: “a do funcionário zeloso, do executor impecável”.

Porque a razão que regula sua conduta não é mais a dos direitos e dos valores, do universal e do sentido. É a razão técnica, eficaz, produtora, útil. A razão da indústria e das massas, da administração e dos escritórios. A razão gestora, a racionalidade fria, anônima, glacial, impessoal do cálculo e da ordem. Não se trata mais da antiga utopia: escutar e seguir a voz da razão universal em vez de permanecer na servidão dos instintivos primitivos. Não, trata-se aí de se fazer autônomo (GROS, 2018, p. 32).

Em *Eclipse da Razão*, livro publicado em 1947 e escrito originalmente em inglês, no período em que Horkheimer esteve exilado nos Estados Unidos, fez uma profunda crítica ao pensamento e à sociedade ocidental, buscando interpretar as mudanças que ocorreram no mundo. Trata-se de uma obra radical no qual revela o profundo impacto causado pela barbárie da Segunda Guerra Mundial.

A tese fundamental da obra é investigar o conceito de racionalidade subjacente à nossa cultura industrial contemporânea, a fim de descobrir se este conceito influencia na perda da própria ideia de homem. Em *Eclipse da Razão*, Horkheimer (2002) diferencia dois sentidos do termo razão: a razão subjetiva (razão instrumental) e a razão objetiva (razão emancipatória).

É importante ressaltar que ao longo do desenvolvimento da sociedade, a razão tornou-se subjetiva, isto é, não orientada por fins que traduzem uma racionalidade universal. Desse modo, na medida em que a razão se tornou subjetiva, ela também se formalizou, tornando-se incapaz de determinar se um fim é desejável ou não, e estabelecer os princípios que orientam a ética e a política. Assim, a razão reduziu-se a mera coordenação de ações, desvinculada de qualquer referência com o mundo social.

[...] a força que basicamente torna possíveis as ações racionais é a faculdade de **classificação, inferência e dedução**, não importando qual o conteúdo específico dessas ações: ou seja, o funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento. Esse tipo de razão pode ser chamado de razão subjetiva (HORKHEIMER, 2002, p. 9, grifos nosso).

Desse modo, segundo Horkheimer (2002), a razão subjetiva está relacionada à faculdade de calcular probabilidades, de coordenar os meios corretos com um fim determinado. Corresponde aos interesses do indivíduo ou da comunidade na qual está inserido, sendo assim, não basta determinar os fins das ações e nem questionar a sua racionalidade, mas é necessário direcioná-las em benefício do sujeito e seus propósitos.

Por outro lado, a segunda, razão objetiva, pretende compreender as relações entre o homem e a natureza. Caberia a ela a tarefa de harmonizar o homem e o mundo. Ela remete a organização da sociedade pela capacidade de pensar no exercício da faculdade crítica dos indivíduos. É entendida como a dimensão capaz de definir os fins das ações que estão relacionadas a uma totalidade, assim, a existência da razão não se dá somente na mente individual, mas nas relações entre os seres humanos, entre as classes sociais, na natureza e suas manifestações.

A razão objetiva é emancipadora e pensa o bem como um fim em si mesmo e para todos. Trata-se de uma racionalidade que se desdobra sobre uma ordem social comum e igual a todos, ou seja, há uma preocupação com a humanidade. Além disso, cabe a ela preocupar-se com a formulação de conceitos de base ética e política, e à razão subjetiva a coordenação das ações que terão como objetivo realizá-los.

Nesse processo, a razão que era destinada a perceber a verdadeira natureza da realidade e determinar os princípios que guiavam a vida do homem, começa a ficar ultrapassada, instalando-se assim a sua autodestruição. Orientada pelo interesse pessoal, ideias fundamentadas na razão objetiva, como justiça, igualdade, democracia, perdem seu vínculo e passam a ser orientadas exclusivamente pelo interesse particular.

Nesse sentido, Gros (2018, p. 25) nos adverte sobre esse duro e difícil exercício de tomada de decisão pela razão objetiva, uma vez que é uma “vertigem insustentável”, ou seja,

[...] ter na consciência a carga de nossas decisões, sentir nos ombros o peso de nossos julgamentos, pensar que cabe a nós, a cada um, na solidão de sua consciência, escolher, ter de contar apenas consigo mesmo, sempre, em caso de fracasso ou de derrota, é muito penoso (GROS, 2018, p. 25).

No sentido de melhor compreender esse processo, o autor ainda questiona: “Pode-se pedir razoavelmente à multidão ignorante e covarde, ao povo embrutecido e inocente que carregue esse peso?”. Em seguida, eis sua resposta:

Essa exigência é inconsiderada, esse elitismo é irresponsável, inútil. [...] sabiam que, aceitando simplesmente obedecer, submetendo-se, conheceriam a doçura, o conforto de não ser mais responsáveis – será preciso reconsiderar esse nó que ata obediência e desresponsabilidade (GROS, 2018, p. 26).

Talaveras (2009) dialoga com Gros (2018) quando estabelece a ideia de que a sociedade, calcada na produção e no consumo, precisa submeter suas consciências de forma que não possam ver a si mesma nesta condição, tal o nível de alienação. Desse modo, da tensão entre ambas (razão subjetiva e razão objetiva), com o predomínio da razão subjetiva em relação à objetiva, o homem deixou-se esvaziar de tal maneira que possibilitou a emersão de um pensamento transformado em simples instrumento.

A razão tornou-se instrumentalizada, ou seja, o próprio pensamento reduziu-se a um processo industrial, transformou-se em uma parte ou uma parcela da produção. O simples ato de pensar perdeu o seu valor, uma vez que não produz valores em cifras (TALAVERAS, 2009). A humanidade se transformou em dados estatísticos, matematizados, que demonstram os potenciais de crescimento do capitalismo.

Em consequência disso, o pensamento se vê privado “[...] não só do uso afirmativo da linguagem conceitual científica e cotidiana, mas igualmente da linguagem da oposição” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 12). Assim, a linguagem, característica essencialmente humana, deixa de ser um meio de expressar os pensamentos do ser humano e passa a ser um instrumento de dominação e estimulação do consumo, ocorrendo o que podemos chamar de formalização da razão, ou seja,

a razão transformou-se em estupidez na medida que passou a inculcar *slogans* dominadores e, padronizar e classificar os seres humanos por meio de falsas aparências.

Segundo Matos (1993, p. 87),

[...] este mundo não é o deles [o dos sujeitos ativos e conscientes], mas sim o mundo do capital. A razão não pode tornar-se, ela mesma, transparente, enquanto os homens agem como membros de um organismo irracional. Se é próprio do homem que seu agir seja determinado pela razão, a práxis social dada, que dá forma ao modo de ser, é desumana, e essa desumanidade repercute sobre tudo o que ocorre na sociedade.

Na leitura de Adorno e Horkheimer (1985), a Razão Iluminista, desenvolvida pela burguesia desde o início da era moderna, continha em sua afirmação as dimensões emancipatória e instrumental. Na medida em que a burguesia foi impondo seu domínio às outras classes sociais, foi ofuscando a dimensão emancipatória da razão e privilegiando sua dimensão instrumental. A ciência, a tecnologia e o conhecimento, sonhados como possibilidade de um novo mundo, perdem o seu potencial, reprimindo a razão emancipatória e tornando cada vez mais onipresente a dimensão instrumental.

Assim, o iluminismo deixa de lado a exigência clássica de desenvolver a experiência do pensar, transformando o pensamento em coisa, ferramenta, mera utilidade. Dentro deste aspecto, para que o pensamento fosse considerado científico, era necessário que ele fosse apresentado em forma de dados, de modo que pudessem ser mensurados, quantificados, transformando a razão em uma ferramenta à serviço do progresso.

Pucci (2007, p. 26), nesse sentido, estabelece que “[...] a racionalidade técnica se torna a racionalidade da dominação. Saber e conhecimento, nessa perspectiva, são sinônimos de poder, de um poder tão universal e onipresente como o é a razão instrumental”. O autor acrescenta que essa racionalidade instrumental encontra-se de tal forma institucionalizada na vida cotidiana dos indivíduos, que se traduz “[...] no plano econômico, na ação calculada dos agentes econômicos (empresários) e na atuação competente da administração estatal (burocratas)”. Transformando-se, assim, “concretamente em dominação calculada e calculável – dominação exercida sobre os homens e sobre a natureza. [...] Essa razão nada mais é do que a própria razão capitalista, isto é, a racionalidade do lucro e da expropriação da mais-valia” (FREITAG, 1986, p. 91).

Enquanto essa racionalidade é indispensável para o empresário assegurar seu lucro, ela também é necessária para o político ter certeza de que suas ordens serão efetivamente cumpridas. Assim, a racionalidade instrumental inicialmente considerada a expressão de liberdade do homem, transforma-se em sua camisa de força, ou seja, na armação de ferro que o aprisiona, revelando-se a irracionalidade do sistema como um todo e a própria escravidão do indivíduo.

Ao trazer o assunto relacionado a escravidão do indivíduo, podemos retomar as consagradas contribuições de Aristóteles (2006) que ao tratar do pensamento político apresenta a figura do escravo, que segundo o filósofo, é a propriedade de outrem, uma mercadoria “animada”, um “executor”. O que significa que ele não pertence a si mesmo. Seu corpo, seus gestos, sua própria vida são propriedades do sonho.

É escravo aquele que não se pertence, o “executor” sem iniciativa. O escravo não inicia nada, não está no começo de nada: os movimentos de seus braços, os gestos do seu corpo não são mais do que o eco, a réplica, a consequência de uma fala imperativa e primeira que domina. O escravo não começa nada: ele segue, executa as ordens de outrem (GROS, 2018, p. 39).

Dialogando com a domesticação da razão instrumental subjetiva no indivíduo, podemos assim afirmar que a sensação é de que vivemos na condição do escravo, agora regido pelo movimento das leis prontas, duras, frias e da lógica que se diz racional, mas que está submetida fielmente às leis do capital. É a mesma sensação do escravo apresentado por Aristóteles (2006) quando o filósofo

denomina-o de utensílio, um instrumento em mãos alheias. Nesse sentido, podemos afirmar que é, basicamente, uma mercadoria que se troca, se revende, um bem do qual o proprietário (capital) dispõe a bel-prazer, desfruta e pode usar e abusar desse poder.

Perdeu-se a liberdade democrática que existia, transformando-a em instrumento de dominação. Assim, as necessidades dos indivíduos passaram a ser impostas pelos interesses das classes sociais dominantes, tornando o mundo do trabalho a base potencial de uma nova liberdade para o homem, onde passou a ser concebido como uma máquina e, conseqüentemente, mecanizado (MARCUSE, 1967).

Como a racionalidade da produção capitalista é voltada para o lucro e não para as necessidades humanas, o objetivo da sociedade transforma-se em ser um mundo perfeitamente administrado. Assim, com a racionalidade convertida no próprio sistema social, e não no meio para que todos possam ter uma vida digna, a sociedade torna-se irracional.

Dessa forma, se a cultura se torna irracional, “[...] a possibilidade de uma sociedade racional que vise à igualdade de condições de existência e a possibilidade de a diversidade poder expressar-se [...], passam a ser consideradas um sonho, uma alucinação, destacados da realidade” (CROCHÍK, 1996, p. 60). Logo, o pensamento é treinado para adaptar-se à realidade tal como está posta e não para refletir a partir daquilo que a determina.

Considerando que o iluminismo tinha como finalidade libertar os homens do medo, tornando-os senhores, libertando o mundo do mito e admitindo que essa finalidade poderia ser atingida por meio da ciência e da tecnologia, tudo levaria a crer que o iluminismo instauraria o poder do homem sobre a ciência e sobre a técnica. No entanto, liberto do mito, o homem tornou-se vítima de um novo engodo: o progresso da dominação técnica.

Este progresso tornou-se um poderoso instrumento utilizado pela Indústria Cultural para conter o desenvolvimento da consciência das massas, pois, segundo Horkheimer e Adorno (1991), a Indústria Cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. O próprio ócio do homem é utilizado com o objetivo de mecanizá-lo, de tal modo que, sob o capitalismo, a diversão e o lazer tornam-se um prolongamento do trabalho. Essa mecanização conquistou tamanho poder sobre o homem que ele não tem acesso senão a cópia e reprodução do próprio trabalho.

Em 1947, no livro *“Dialética do Esclarecimento”*, Adorno e Horkheimer utilizaram pela primeira vez o termo Indústria Cultural. Este termo surgiu com o intuito de substituir o que chamavam na época de “cultura de massa”, uma vez que aquilo que era veiculado nos meios de comunicação, não era criado pela própria massa e sim por uma indústria que padronizava valores e transformava a cultura em mercadoria.

Na verdade, o que os autores almejavam, era que as pessoas compreendessem que a expressão “cultura de massa” não se tratava de uma cultura que surgiu espontaneamente das próprias massas, afinal, de acordo com Freitas (2005, p. 334) “[...] cultura de massa é um tipo de produção cultural que tem sua força devida ao fato de que seus consumidores, de alguma forma, precisam de algo que ela está disposta a oferecer como um dos ingredientes de seus produtos”, já a Indústria Cultural, além de adaptar seus produtos ao consumo das massas, em larga medida, também acaba determinando este consumo.

A indústria cultural finalmente absolutiza a imitação. Reduzida a puro estilo, trai o seu segredo: a obediência à hierarquia social. A barbárie estética realiza hoje a ameaça que pesa sobre as criações espirituais desde o dia em que foram colecionadas e neutralizadas como cultura. Falar de cultura foi sempre contra a cultura. O denominador “cultura” já contém, virtualmente, a tomada de posse, o enquadramento, a classificação que a cultura assume no reino da administração. Só a “administração” industrializada, radical e conseqüente, é plenamente adequada a esse conceito de cultura (ADORNO, 2002, p. 14).

Por esse motivo, o conceito de Indústria Cultural, de acordo com Adorno, não se reduz ao termo indústria, pois não se refere apenas ao processo de produção. Isso nos leva a acreditar que

esse processo de produção não tem influência sobre a cultura, entretanto, essa ilusão se corrompe quando percebemos que indústria e cultura não passam de mercadorias padronizadas, ou seja, em ambos os processos, industrial e cultural, existe uma alienação. Na fábrica a função do trabalhador se reduz a “apertar botões” e seguir as instruções das máquinas, enquanto que na escola as crianças são instruídas a seguir as instruções dos professores, sem questionar ou se opor.

O lar da Indústria Cultural é, irremediavelmente, a sociedade da mercadoria e do consumo, afinal, numa sociedade que objetiva a produção e o lucro tudo tem preço e objetivo de mercado. Pela lógica do consumo, todas as coisas parecem seguir um padrão predeterminado e padronizado que atende as demandas dos consumidores.

Interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, a Indústria Cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, às condições que representam seus interesses. Desse modo, ela traz em seu bojo elementos característicos do mundo industrial moderno, exercendo sobre ele um papel específico, o de portador da ideologia dominante. Aliada a ideologia capitalista, a Indústria Cultural, contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como dos homens com a natureza.

Numa leitura mais ampla do termo, percebemos que a Indústria Cultural administra os comportamentos sociais como parte integrante das necessidades simbólicas dos indivíduos, para isso, utiliza-se da tecnologia, transformando-se em ferramenta e produto do sistema capitalista. Desse modo, dissemina padrões comportamentais de ajustamento dos indivíduos, constituindo a padronização de ideias, desejos, comportamentos, enfim, tudo dentro dos ditames da lógica de mercadoria. Nesse processo, tudo se resume a fatos e números, e aqueles que não compactuam com isso, são excluídos do contexto (OLIVEIRA; BUENO, 2016).

Para a Teoria Crítica, segundo Loureiro (2007, p. 530),

A Indústria Cultural expressa a dinâmica da mercantilização da cultura na sociedade capitalista avançada, na qual a indústria e a racionalidade da produção modificam o processo de criação cultural e conferem uma homogeneidade de padrão que perpassa diferentes veículos culturais.

De acordo com Freitag (1986), Adorno e Horkheimer criaram esse termo para evitar termos mais familiares e também mais ambíguos, como cultura de massa, cultura popular, cultura de elite, de forma que pudessem caracterizar melhor o fenômeno que estavam analisando: a cultura produzida para o consumo de massa, que atendesse as necessidades do valor de troca (de seu produtor) e do valor de uso (de seu consumidor). Desse modo, a cultura perde suas características, pois acaba transformando-se em mercadoria pensada somente como valor de troca.

Assim, pode-se dizer que a Indústria Cultural é a forma original pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações capitalistas de produção, lançada no mercado e por este consumida. Numa sociedade em que todas as relações sociais são mediatizadas pela mercadoria, também a obra de arte, ideias, valores espirituais se transformam em mercadoria, relacionando entre si artistas, pensadores, moralistas através do valor de troca do produto (FREITAG, 1986, p. 72).

Nessa perspectiva, por meio da citação, podemos compreender que a produção artística e cultural deixa de ter seu caráter único e singular, deixa de expressar o sofrimento, alegria ou angústia de seu produtor (seja ele escritor, poeta, artista) para se tornar um bem de consumo coletivo, destinado a venda, avaliado por sua lucratividade ou aceitação de mercado e não por seu valor estético e filosófico.

Logo, a nova função da produção cultural é ocupar o espaço de lazer que resta ao trabalhador assalariado depois de um longo e cansativo dia de trabalho, a fim de recompor suas forças para conseguir voltar a trabalhar no dia seguinte, não permitindo que ele tenha tempo livre para refletir sobre a realidade miserável em que vive. Com isso, a Indústria Cultural elimina a dimensão crítica ainda presente na cultura burguesa, fazendo com que as massas consumam os novos produtos da

Indústria Cultural, esquecendo assim sua realidade alienada.

Preenchidas essas funções, a reprodução das relações sociais está novamente assegurada, uma vez que os indivíduos não possuem mais oportunidade de conscientizarem-se das relações de exploração em que vivem, pois, o tempo que possuíam para pensar foi-lhes tomado. Além disso, a Indústria Cultural apresenta o consumo como o caminho para a realização pessoal, assim, os indivíduos são constantemente induzidos a consumirem a inevitável disseminação de bens padronizados que são criados para a satisfação de necessidades iguais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Impedindo a consciência das massas e instaurando o poder da mecanização sobre o homem, a Indústria Cultural cria condições cada vez mais favoráveis para a implantação do seu comércio fraudulento, no qual os consumidores são continuamente enganados em relação ao que lhes é prometido, mas não cumprido. Assim, a Indústria Cultural cria necessidades no consumidor (que deve contentar-se com o que lhe é oferecido), organizando-se de forma que ele compreenda que sua condição é de mero consumidor, ou seja, que ele é apenas e tão somente um objeto dessa indústria.

Dessa maneira, “[...] ao invés de constituir-se como um processo dialético de apropriação subjetiva do processo de formação cultural” (SILVA; BUENO, 2017, p. 1167), a cultura passa a ser um negócio e o conhecimento passa a corresponder a uma pedagogia cega, no qual converte-se em um processo semiformativo que prepara o indivíduo para o conformismo e adaptação a realidade vigente. Assim, a Indústria Cultural acaba por refletir uma falsa democratização da cultura, na medida em que os saberes são fragmentados e adaptados à permanente instrumentalização dos homens e das coisas.

Desse modo, fica claro que ter acesso à cultura em nossa sociedade não significa apropriar-se do conhecimento historicamente produzido e torná-lo fonte de emancipação, mas sim ter contato com aquilo que o sistema capitalista e a Indústria Cultural disponibilizou no intuito de aumentar o “consumo de cultura” ou de mercadorias culturais (ZUIN, 2001).

É notório que na atual sociedade globalizada, assim como no mundo administrado, a Indústria Cultural promove o enfraquecimento do pensamento crítico nos indivíduos. Este atrofiamiento do pensamento crítico “[...] resulta na predominância de uma dimensão da razão, de caráter instrumental, alicerçada no processo técnico e dirigida para fins cuja principal consequência é o embotamento de sua outra dimensão, a dimensão emancipatória” (PALANCA, 2001, p. 50). Neste contexto, tudo acaba se tornando uma relação de troca e de lucro, seja um lucro econômico, seja emocional, seja para a obtenção de prazeres.

As mercadorias da Indústria Cultural acabam se sobrepondo aos indivíduos de tal forma que eternizam a soberania da semiformação e a onipotência do espírito alienado. Em outras palavras, na sociedade industrial os sujeitos são coisificados em função dos fetiches da mercadoria, diluindo o esforço dos seus pensamentos e os adaptando às forças sociais vigentes. Assim, “[...] o esforço reflexivo é abafado em detrimento da lógica pragmática da troca: a teoria se dilui diante dos interesses do lucro” (LOUREIRO, 2007, p. 530).

Além disso, no mundo administrado, a realização das pessoas encontra-se na posse de bens materiais que são incessantemente realimentados pelas inovações tecnológicas. Diante do atual processo de globalização, o homem não se encontra mais livre. A Indústria Cultural – parte integrante da sociedade moderna – torna os indivíduos cada vez mais incapazes de desenvolver uma forma autônoma de pensamento, tornando-os totalmente dependentes do desenvolvimento de processos sociais gerados em outras esferas, os quais não tem condições nenhuma de exercer qualquer tipo de influência.

Seus pensamentos, seus desejos e até mesmo o desenrolar de suas vidas não lhes pertencem na totalidade, uma vez que seus espíritos foram condicionados a aspirar prioritariamente àquilo que o mundo administrado pode atender – bens materiais e culturais produzidos especificamente para serem consumidos (PALANCA, 2001, p. 51).

Tem-se a ilusão de estar ampliando o cabedal cultural dos indivíduos, quando na verdade está somente alimentando o consumidor de mercadoria cultural, debilitando sua individualidade. Essa debilitação é o resultado de um processo social que tem como principal característica a universalização do princípio da lógica da mercadoria (ZUIN, 2001, p. 11), portanto, para sermos integrados socialmente, é necessário estarmos dentro das normas impostas pela própria sociedade, o que significa possuir muitos bens (dinheiro, terras) e tornar a necessidade de consumo uma necessidade básica.

É importante acentuar que a sociedade capitalista, de forma geral, não estimula a pensar de forma emancipada, e sim a valorizar a fetichização da técnica, à instrumentalidade da razão, voltada à obtenção de resultados imediatos e apelativos emocionalmente (BUENO, 2007). Um exemplo disso é a Indústria Cultural que cria livros didáticos cheio de ilustrações para chamar a atenção da criança, mas se esquece de enriquecer o conteúdo contido nesses livros. Espera-se que quem o faça seja o professor, imbuído de uma formação que lhe permita extrapolar tais manuais orientadores (OLIVEIRA, 2015). No entanto, a formação deficiente, aliada às condições de trabalho extenuantes, fazem com que muitos professores não só se resignem ao livro didático como ainda o considerem indispensável para seu trabalho.

Segundo Pucci (2007, p. 27), “[...] o mundo inteiro é forçado pela Razão Instrumental a passar pelo filtro da Indústria Cultural, os meios de comunicação de massa, a educação, o trabalho, o não trabalho, a vida particular”. Dessa forma, o processo da racionalidade penetra todos os aspectos da vida cotidiana com um único fim:

[...] ocupar — desde a saída da fábrica à noite até sua chegada, na manhã seguinte, diante do relógio de ponto — os sentidos dos homens com os sinetes dos processos de trabalho, que eles próprios devem alimentar durante o dia (ADORNO, 2002, p. 14).

Não obstante, segundo Adorno (2002, p. 18) “[...] a Indústria Cultural permanece a indústria do divertimento”. A diversão se torna um prolongamento do trabalho no sistema capitalista e, assim, a Indústria Cultural cumpre com as suas funções de reproduzir a ideologia dominante e vender os produtos culturais da mesma maneira que vende os bens de consumo, difundindo o acesso fácil a todos os bens espirituais enquanto mercadorias. Melhor dizendo, ela permite a distribuição, de forma mais acessível e universal, dos bens culturais, gerando a exclusão do novo, do diferente e do criativo.

Estas implicações influenciam, tanto no aspecto cultural quanto no social, gerando a conformação do pensamento e do comportamento dos indivíduos, provocando assim o esfacelamento da expressividade humana e da própria autorreflexão. Assim, a formação cultural que antes era voltada para o desenvolvimento de processos subjetivos de formação, foi obstruída em sua dimensão crítica na medida em que foi reduzida à semiformação. Como resultado, os processos educativos foram reduzidos a pensamentos sem reflexão crítica e, totalmente, adaptados aos moldes da Indústria Cultural. A cultura tornou-se irracional e o pensamento passou a ser treinado somente a adaptar-se à realidade vigente levando o indivíduo a abdicar, pelo processo de adaptação, das possibilidades de autodeterminação e autorreflexão, conformando-se aos padrões sociais pré-estabelecidos.

Cassaro (2009), citando Adorno, afirma que a crise da educação está na formação cultural da sociedade capitalista como um todo, ou seja, o problema da educação está no fato dela ter se afastado de seu principal objetivo, que é promover o domínio do conhecimento e a capacidade de autorreflexão. A escola se transformou em um instrumento a serviço da Indústria Cultural na medida em que passou a tratar o ensino como mera mercadoria em prol da semiformação, anulando, assim, o desenvolvimento da autorreflexão e da autonomia humana.

Esse processo semiformativo, também chamado por Adorno (2003) de “semicultura”, é justamente a “[...] difusão de uma produção simbólica onde predomina a dimensão instrumental voltada para a adaptação e o conformismo, subjugando a dimensão emancipatória que se encontra ‘travada’, porém não desaparecida” (ZUIN; PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA, 2001, p. 58).

Entendemos por semiformado o indivíduo que se encontra acomodado à situação de

dominação a qual está submetido. Bandeira e Oliveira (2012) afirmam que “[...] a semiformação, ao contrário da formação, que pretende ser um processo de emancipação dos indivíduos, produz a acomodação destes sujeitos ao status quo”. Neste contexto, semiformação não significa uma formação pela metade, que para se tornar plena, basta ser complementada. A semiformação também é ausência de cultura ou uma cultura danificada. Ela é o resultado de um processo de dominação da formação cultural pelos mecanismos político-econômico dominantes.

Quando a produção simbólica, própria do processo de cultura, é convertida em mercadoria pela Indústria Cultural, distancia-se do saber popular e se aproxima dos interesses do mercado, com isso encontram-se as bases para a consolidação do que, para Adorno, constitui o processo de semiformação (Halbbildung). (BANDEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 230).

Sob as condições da sociedade danificada na qual nos encontramos, que buscam converter os homens não em sujeitos emancipados, mas em partículas sociais fragilizadas, as esperanças revolucionárias perdem sua substância objetiva. Isso porque o triunfo da semicultura é deixar de oferecer aquilo que uma sociedade aprimorada ofereceria em termos de cultura. Em outras palavras, se uma sociedade tem apenas para oferecer uma semicultura, uma cultura danificada, é porque ela deixou de amadurecer, de desenvolver-se ou progredir.

Numa sociedade danificada, que pode, continuamente, parir manifestações de barbárie, só tem sentido pensar a educação como geradora da auto-reflexão: educação que se desenvolva enquanto esclarecimento geral, a começar pela infância, que ajude a criar um clima espiritual, cultural, que não favoreça os extremismos, a insensibilidade, a exploração das pessoas. Nesse sentido, não se deve fomentar experiências formativas que valorizem a dor, a capacidade para suportá-la (PUCCI, 2001, p. 6).

Nesse sentido, sob o olhar de Pucci (2001), acreditamos na educação como geradora da autorreflexão, ou seja, é importante que o professor reflita a respeito de suas atitudes, buscando analisar de que forma elas estão contribuindo para a aprendizagem e formação de seus alunos, considerando obviamente que essas ações não valorizem situações de extremismo, insensibilidade e exploração de pessoas.

Quando a banalização do conhecimento impera na escola, os conhecimentos que são repassados passam a ser fragmentados e o trabalho pedagógico passa a ser orientado somente para conseguir a aprovação com boas notas nas provas e um diploma no final do curso. Incentivando-se, assim, a memorização de respostas prontas, ao invés do estímulo do raciocínio.

Nessa perspectiva, para Adorno, de acordo com Cassaro (2009), o ensino e, mais especificamente quem os ministra, os docentes, devem ser uma arma de resistência à Indústria Cultural de forma que contribua para a formação da consciência crítica e permita que o indivíduo descubra as contradições de seu meio social. O autor relata, ainda, que o mundo está danificado devido à falta de capacidade dos indivíduos de resistir a sua própria alienação. Esta capacidade só será desempenhada pelo professor a partir de uma formação calcada em uma sólida formação teórico-prática, que lhe permita estabelecer uma atitude de investigação e crítica.

O problema da deficiência da escolarização formal enfrentado atualmente, ao ver de Adorno, seria solucionado se a educação elementar produzisse pessoas verdadeiramente cultas, com professores intelectualmente preparados, para assumir uma postura de superação da semiformação. Mas, diante do exposto, percebemos que “[...] a Indústria Cultural continuamente priva seus consumidores do que continuamente lhes promete” (ADORNO, 2002, p. 21), confirmando o distanciamento que existe entre a promessa da democratização da cultura e o seu real cumprimento.

A própria produção cultural dissimula um estado de liberdade, nos proporcionando uma “semiformação”, isto é, ela aparenta oferecer uma formação educacional emancipadora, uma vez que cria mecanismos de “acesso à cultura”, quando na verdade está contribuindo para a reprodução

da Indústria Cultural hegemônica, pois esta cultura não foi criada para esclarecer, mas sim para ser consumida enquanto mercadoria (ZUIN, 2001).

Considerações Finais

Em uma sociedade tecnificada, como a que vivemos, pensar nos caminhos do empobrecimento cultural da subjetividade é não deixar de fazer uma reflexão crítica de que a massificação e o consumo da produção cultural, tem ligação direta com a concretização ou não de uma sociedade mais justa e democrática. E nesse sentido, a escola é a agência por excelência para formar este sujeito crítico e emancipado que pode reverter o quadro de barbárie cultural que assistimos na atualidade, mas que também enfrenta a resistência de um sistema capitalista que a toma estrategicamente como manipuladora e disseminadora da Indústria Cultural por meio de um processo que induz à semiformação.

A escola e seus professores, dantes tomados como esperança de culturalização e elevação intelectual das massas, são convertidos em espaço de semiformação na medida em que transmitem uma cultura sem profundidade, desapegada da tradição histórica e centrada na formação de habilidades e atitudes produtivas no sentido mercadológico.

A saída é a busca por reconhecer em si mesmo a semiformação, mas este feito só é possível se os professores se submeterem a um processo de aprofundamento dos conhecimentos, tanto teóricos como práticos, conferindo-lhes sentido e expandindo a leitura de seu trabalho.

Nessa perspectiva, visando um ensino crítico e emancipador, só tem sentido pensarmos a educação como geradora da autorreflexão, ou seja, uma educação que desenvolva o esclarecimento geral, a autonomia e que ajude o sujeito a fortalecer sua capacidade de resistência e enfrentamento à pressão social.

Na sociedade contemporânea, a política educacional, as propostas curriculares, os conteúdos disciplinares, as metodologias e as técnicas de ensino, favorecem um ensino superficial e empobrecido de experiências formativas. Dessa forma, é necessário, mais do que nunca, educar para a autonomia, buscando distanciar-se de uma educação semiformativa, no qual utilizam-se da escola para favorecer os interesses dos grupos hegemônicos da sociedade.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARISTÓTELES. **A política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BANDEIRA, Belkis Souza; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Formação cultural e semiformação: contribuições de Theodor Adorno para pensar a educação hoje. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 225-232, maio/ago. 2012.

BUENO, Sinésio Ferraz. Semicultura e educação: uma análise crítica da revista Nova Escola. **Revista Brasileira de Educação**, Marília, v. 12, n. 35, p. 300-307, maio/ago. 2007.

CASSARO, Fernando. **Theodor Adorno e a educação para o pensar autônomo**. 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/filosofia-educacao-theodor-adorno-pedagogia-humanismo-513635.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996.

- FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FREITAS, Verlaine. Indústria cultural: o empobrecimento narcísico da subjetividade. **Kriterion**, n. 112, p. 332-344, dez. 2005.
- GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.
- KANT, Immanuel. **Resposta à questão: o que é esclarecimento?**. 1784. Tradução de Márcio Pugliesi. São Paulo: Cognitio, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.
- LOUREIRO, Robson. Aversão à teoria e indigência da prática: crítica a partir da filosofia de Adorno. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 522-541, maio/ago. 2007.
- MARCUSE, Herbert. As novas formas de controle. In: _____. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 23-37.
- MATOS, Olgária Chain Feres. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.
- OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. Indústria cultural, razão instrumental e educação: aproximações teóricas à luz dos escritos de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN, n. 3, 2015, México. **Anais...** México: UNAM, 2015. p. 1-22.
- OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; BUENO, Sinésio Ferraz. Educação e trabalho docente à luz dos conceitos de semiformação e indústria cultural: implicações na contemporaneidade. **Comunicações**, Piracicaba, v. 23, n. 1, p. 239-248, jan./abr. 2016.
- PALANCA, Nelson. Globalização: a difícil fuga do mundo administrado. In: LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (org.). **Teoria crítica, ética e educação**. Piracicabana: UNIMEP/Autores Associados, 2001. p. 45-56.
- PUCCI, Bruno. Teoria Crítica e Educação: contribuições da teoria crítica para a formação do professor. **Espaço Pedagógico**, v. 8, p. 1-22, 2001.
- PUCCI, Bruno. Teoria Crítica e Educação. In: _____. **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFSCAR, 2007. p. 11-58.
- SILVA, Anilde Tombolato Tavares da; BUENO, Sinésio Ferraz. Indústria Cultural e mercantilização da cultura como projeto de semiformação na educação da infância moderna. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 1164-1181, out./dez. 2017.
- TALAVERAS, Rafael Francisco Molina. Razão objetiva e razão subjetiva: ascensão e declínio da razão. **Saber acadêmico**, n. 7, p. 123-131, jun. 2009.
- ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Sobre a Atualidade do Conceito de Indústria Cultural. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 54, p. 9-18, ago. 2001.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. **Adorno**: o poder educativo do pensamento crítico. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido em 18 de fevereiro de 2020.
Aceito em 25 de janeiro de 2022.